

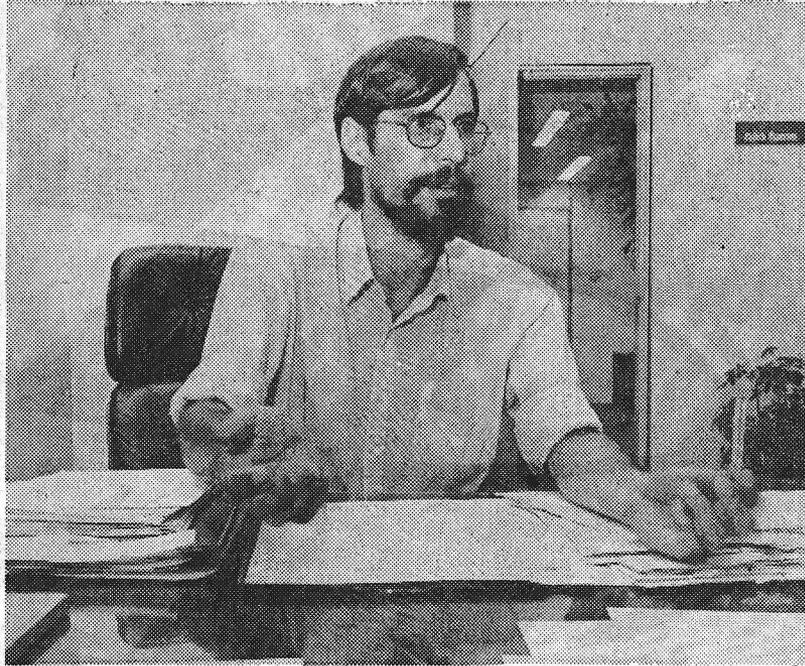
Indefinição prejudica os municípios

O secretário municipal da Saúde de São Paulo, Eduardo Jorge Alves, que também é vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, considerou "extremamente prejudicial" a retirada do projeto do Sistema Único de Saúde (SUS) da pauta de votação da Câmara Federal, em função do pedido de vistas do deputado Gastone Righi.

"A retirada do projeto não afeta apenas a distribuição das verbas entre os municípios, mas também a vigilância sanitária, área de saúde, do trabalho e, em especial, a fiscalização do sangue, que tem sua regulamentação embutida no projeto", avisa Eduardo Jorge.

A problemática do sangue também suscitou preocupação na Secretaria Estadual da Saúde. Segundo um assessor do secretário José Aristodemo Pinotti, em São Paulo foi possível estabelecer um controle adequado—tanto que a contaminação da Aids através de transfusões decresceu —, mas esse trabalho em muitos estados está por fazer e depende dessa regulamentação.

O projeto do SUS foi preparado por determinação constitucional. A nova Constituição garantiu direitos e previu obrigações quanto à saúde, assistência social e previdência. Foi



Luludi/AE

Eduardo Jorge: regulamento evita discriminação política

estabelecido prazo de um ano, que expira dia 5 de outubro, para que essas inovações fossem regulamentadas por lei ordinária através de um documento que tem sido chamado de Projeto de Seguridade Social, que implanta o Sistema Único de Saúde.

O Ministério da Saúde preparou um projeto regulamentador e o deputado Raimundo Bezerra, presidente da Comissão de Saúde da Câmara, também preparou o seu, com subsídios da Secretaria de Saúde de São Paulo, fornecidos pelo técnico Nelson Rodrigues dos Santos.

Os dois projetos foram sintetizados e receberam emendas do deputado Geraldo Alckmin (PSDB), relator da matéria. O texto final entrou na pauta de votações dentro do prazo previsto, devendo ser aprovado até 5 de outubro.

Sem a aprovação do Projeto de Seguridade Social, o governo federal e os estados mantêm o poder de repassar aos municípios as verbas da Previdência que bem entenderem e, segundo Eduardo Jorge, obedecendo a critérios eleitorais. Ele garante que por esse motivo várias prefeituras nas mãos da oposição enfrentam gravíssima crise no setor de Saúde, e cita Manaus, Belém, Natal, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Campo Grande.

Uma vez votada a lei ordinária o repasse de verbas passa a ser automático e dependerá do número de habitantes de cada município. Para Eduardo Jorge, o deputado Righi está preocupado com os artigos que garantem ao poder público maior poder de fiscalização sobre hospitais privados. Mas o secretário acredita que a manobra não será eficaz: "Righi não tem condições de segurar o projeto até o fim do ano. A pressão vai ser tamanha que pode ser acrescentada uma ou outra emenda, mas ele será fatalmente votado a curto prazo".